

Um
mundo de
oportunidades

Volume 10
Origem: animal

AGRO INSIGHT



Institucional

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

CARLOS HENRIQUE BAQUETA FÁVARO

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária

IRAJÁ REZENDE DE LACERDA

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária

GUILHERME CAMPOS JÚNIOR

Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS GOULART

Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Pecuária

LUIS RUA

Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária

PEDRO ALVES CORRÊA NETO

Secretário de Inovação, Desenvolvimento Sustentável, Irrigação e Cooperativismo do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLOS ERNESTO AUGUSTIN

Assessor Especial do Gabinete do Ministério da Agricultura e Pecuária

CARLA MADEIRA GONÇALVES SIMÕES DOS REIS

Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério da Agricultura e Pecuária

Elaboração, distribuição, informações:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Secretaria de Comércio e Relações Internacionais

Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR

Coordenação-Geral de Gestão dos Adidos Agrícolas

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco D - 3º andar, Sala 300

CEP: 70043-900 Brasília - DF

Tel.: (61) 3218-2821 e-mail: divulgacao.scri@agro.gov.br

Editorial:

Priscilla Burmann

João Huguenin

Coordenação:

Luís Rua

Marcel Moreira

Carolina Eufemia Aquino de Sá

Ângela Pimenta Peres

Jennifer Santos Costa

Jennya Silva Brito

Manoel Augusto Soares Junior

Filipe Guerra

Equipe técnica:

Carlos Vitor Muller

Eduardo Sampaio Marques

José Guilherme Tollstadius Leal

Adriano Perrelli Pestana de Castro

Luciana Pich Gomes

Andrea Claudia Parrilla

Daniela de Moraes Aviani

Silvio Luiz Rodrigues Testaseca

Glauco Bertoldo

Nilton Antônio de Moraes

Paulo Márcio Mendonça de Araújo

Rodrigo do Espírito Santo Padovani

Leandro Diamantino Feijó

Jean Felipe Celestino Gouhie

Clóvis Augusto Versalli Serafini

Ricardo Zanatta Machado

Priscila Rech Pinto Moser

Rafael Mohana de Carvalho Refosco

Vanessa Medeiros de Jesus

Ana Lúcia de Paula Viana

Fabiana Villa Alves

Virgínia Arantes Ferreira Carpi

Ângelo de Queiroz Maurício

Bruno Cavalheiro Breitenbach

Marlos Schuck Vicenzi

Fernanda Vanessa Mascarenhas

Magalhães

Marco Aurélio Pavarino

Dalci de Jesus Bagolin

Ellen Elizabeth Laurindo

Adriane Reis Cruvinel

Frederique Rosa e Abreu

Warley Efreim Campos

Márcio Rezende Evaristo Carlos

Marco Túlio Santiago

Luiz Cláudio de Santana e Caruso

Rafael D'Aquino Mafra

Ana Carolina Miranda Lamy

Diego Leonardo Rodrigues

Juliano Vieira

Leandro Antunes

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte e o sítio da Internet onde pode ser encontrado o original (www.gov.br/agricultura).

Catálogo na Fonte

Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

Resumo

O AgrolInsight nasce do compromisso do Ministério da Agricultura e Pecuária com o fortalecimento da presença do agronegócio brasileiro no mercado internacional.

Desenvolvido pela Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI), com apoio dos adidos agrícolas presentes em 38 países, o material reúne análises estratégicas e oportunidades de negócios para produtores, exportadores e associações setoriais que buscam crescer de forma competitiva e sustentável.

Com base nas diretrizes do ministro Carlos Fávaro e sob a liderança do secretário Luis Rua, o AgrolInsight é resultado do esforço de uma equipe dedicada que acredita no potencial do Brasil como potência agroexportadora.

Este relatório é mais do que um compilado de dados — é uma ponte entre o agro brasileiro e o mundo.



REGIONALIZAÇÃO PARA INFLUENZA AVIÁRIA DE ALTA PATOGENICIDADE: UM MARCO NO COMÉRCIO AVÍCOLA BRASIL-FILIPINAS

Data: 15/10/2025

Posto: Manila/Filipinas

Palavras-chave: regionalização; Influenza Aviária de Alta Patogenicidade; IAAP; Filipinas; Brasil; saúde animal; sanidade avícola; comércio internacional; segurança alimentar

Responsável: Virgínia Arantes Ferreira Carpi

SUMÁRIO:

O reconhecimento pelas Filipinas da regionalização do Brasil para Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) representa um avanço expressivo nas relações sanitárias bilaterais e no fortalecimento do comércio internacional de produtos avícolas. Este artigo apresenta o contexto da medida, os antecedentes históricos de suspensões temporárias e a importância da regionalização para assegurar previsibilidade comercial, estabilidade de preços e segurança alimentar. Também analisa o novo marco regulatório filipino, os fundamentos técnicos preconizados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) e a importância de decisões pautadas em evidências científicas.

A Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) é uma das enfermidades mais relevantes no comércio global de produtos avícolas, com impacto direto sobre a segurança alimentar e a estabilidade dos mercados. A adoção do princípio de regionalização ou compartimentalização geográfica tem se consolidado como um instrumento técnico essencial para equilibrar a proteção sanitária com a fluidez do comércio internacional.

Em setembro de 2025, as Filipinas deram um passo significativo ao reconhecer oficialmente a regionalização do Brasil para a IAAP, por meio do Memorandum Order No. 49, Series of 2025, emitido pelo Departamento de Agricultura (DA), órgão homólogo ao Ministério da Agricultura e Pecuária no Brasil (MAPA). Essa decisão, amparada pelo novo marco regulatório nacional sobre o tema, consolida a confiança mútua entre os serviços veterinários e amplia as bases para uma relação comercial mais estável e previsível entre os dois países.

Contextualização da IAAP nas Filipinas

As Filipinas, como arquipélago densamente povoado e com forte dependência de importações para suprir a demanda interna de carne de frango, ovos e produtos avícolas processados, mantêm um sistema de vigilância e controle sanitário de alta sensibilidade. Desde a primeira ocorrência confirmada de IAAP em 2017, no município de San Luis, província de Pampanga, a doença representou um desafio estrutural à avicultura filipina, especialmente por afetar o principal polo produtor da ilha de Luzon. À época, o surto levou ao abate sanitário de centenas de milhares de aves, suspensão temporária de movimentações e à imposição de proibições regionais de venda e transporte, o que causou escassez pontual de oferta, elevação de preços e prejuízos significativos aos pequenos produtores.

Nos anos subsequentes, a ocorrência de novos episódios de IAAP — sobretudo nas províncias de Nueva Ecija, Bulacan e Laguna — reforçou a necessidade de aprimorar a capacidade de resposta nacional. O governo filipino intensificou ações de biossegurança em granjas, monitoramento de aves migratórias e rastreabilidade, além de ampliar a cooperação técnica com a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) e parceiros bilaterais. Ainda assim, a persistência da doença em surtos isolados comprometeu a previsibilidade do abastecimento interno e a confiança dos importadores regionais, forçando o país a equilibrar o abastecimento local por meio de importações estratégicas, em especial de produtos congelados e processados.

Diante dos impactos sucessivos dos surtos, o governo filipino lançou programas emergenciais de repovoamento avícola e incentivos para fortalecimento do plantel nacional, com foco em pequenos e médios produtores, especialmente nas províncias de Luzon e Visayas. Foram adotadas medidas como subsídios à reposição de aves, capacitação em biossegurança, modernização de incubatórios e campanhas de educação sanitária em mercados públicos e granjas de subsistência, que representam parcela expressiva da produção local. Apesar dos esforços, a recuperação foi dificultada pela recorrência de surtos de diferentes subtipos do vírus, incluindo H5N1 e H5N8 entre 2022 e 2024, e, mais recentemente, pela detecção do subtipo H5N2 em 2025, que afetou granjas comerciais e levou à interdição temporária de importantes polos produtivos.

O surto de H5N2 evidenciou a persistência do risco sanitário e a necessidade de fortalecer o sistema de vigilância nacional, além de acelerar a adoção de critérios de regionalização e compartimentalização, conforme conformidade com as diretrizes da OMSA, para garantir a continuidade do comércio internacional e a segurança do abastecimento doméstico. Os relatórios de ocorrência da doença em território filipino são disponibilizados no endereço eletrônico <https://www.bai.gov.ph/Report/Avian>, conforme exemplificado na Figura 1.

Figura 1: Relatório de situação da IAAP até 03 de outubro de 2025, nas Filipinas.



Fonte: Bureau of Animal Industry (BAI-DA), 2025.

Destaca-se que as Filipinas vêm buscando estratégias para minimizar os impactos dos surtos de IAAP em sua produção local de aves, tanto para recuperação dos plantéis quanto para avançar com a utilização de vacinas. Recentemente, a Food and Drug Administration (FDA), agência ligada ao Departamento (Ministério) de Saúde das Filipinas (DOH) aprovou o uso de vacina contra influenza aviária para reduzir riscos no setor avícola, o que foi divulgado pela imprensa local. A vacina em questão é a Volvac BEST AI plus ND, da farmacêutica alemã Boehringer Ingelheim. A medida busca fortalecer a biossegurança da avicultura nacional e as autoridades esperam o aumento da confiança dos produtores e recuperação da produção, com o planejamento da vacinação gradual em áreas estratégicas. Tal aprovação foi elogiada pelo DA como um grande impulso para o setor e para a meta de segurança alimentar do governo, fato divulgado em seu website oficial.

A vulnerabilidade da avicultura filipina tornou evidente a importância de uma abordagem regulatória moderna e compatível com as práticas internacionais. Nesse contexto, o Departamento de Agricultura (DA) publicou, em 2025, a Circular Administrativa nº 09, série de 2025, que estabelece diretrizes sobre o reconhecimento bilateral de regionalização de HPAI de países habilitados a exportar aves vivas (de corte e não de corte), seus produtos e subprodutos para as Filipinas. Essa medida representou um marco regulatório inédito no país, ao introduzir formalmente o conceito de regionalização sanitária conforme preconizado pela OMSA — ou seja, o reconhecimento de zonas livres em um território nacional, mesmo quando há ocorrência de focos em outras regiões.

Essa normativa criou o arcabouço técnico que permitiu a emissão de Memorandum Orders reconhecendo, de forma individualizada, as zonas livres de IAAP de parceiros comerciais. O Brasil foi o primeiro país sul-americano a obter tal reconhecimento, ao lado de novos acordos com República Tcheca, Rússia e Polônia. Esse marco favorece a estabilidade e um melhor acesso não apenas para a carne de aves e seus produtos, como também para o material genético avícola, essencial para a recuperação da produção local de carne e ovos.

Com base nesse novo instrumento normativo, o Memorandum Order No. 49, série de 2025, concedeu ao Brasil o reconhecimento oficial da regionalização para IAAP, permitindo que apenas os municípios afetados por eventuais surtos tenham restrições comerciais, enquanto as demais unidades permanecem aptas a exportar. Em sequência, foram emitidos Memorandum Orders análogos para República Tcheca, Rússia e Polônia, marcando o início de uma política mais técnica, dinâmica e aderente às práticas de comércio internacional. De acordo com dados divulgados pelo DA, de janeiro a abril de 2025, o país importou mais de 154,5 mil toneladas de carne de frango, sendo o Brasil responsável por quase 60% deste volume, seguido dos Estados Unidos, com 28%. O Brasil, como primeiro país sul-americano a obter tal reconhecimento, consolida-se como referência regional em transparência sanitária, estrutura de vigilância e conformidade com a OMSA, contribuindo diretamente para o abastecimento estável e seguro do mercado filipino.

Histórico de suspensões temporárias das importações

O comércio de aves e produtos avícolas com as Filipinas vinha sendo frequentemente impactado por suspensões totais sempre que ocorria um foco de IAAP no território exportador, uma vez que o sistema então vigente previa suspensões nacionais imediatas, aplicadas a todo o território do país afetado, sem distinção entre zonas atingidas e áreas reconhecidamente livres. No caso do Brasil, país que teve uma única ocorrência da doença em estabelecimento comercial, isso resultou em interrupções temporárias de embarques, mesmo com o foco restrito a uma área isolada e sem relação com os estabelecimentos exportadores, comprometendo o abastecimento e impactando o preço da carne de frango.

Ao longo de 2024 e 2025, o DA manteve monitoramento constante e publicou diversas Memorandum Orders determinando suspensões temporárias para uma série de países com notificações recentes de IAAP, como Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Estados Unidos e Coreia do Sul, conforme registros disponíveis no portal oficial do DA.

No caso dos Estados Unidos, as restrições foram aplicadas por estado, em consequência de acordo bilateral antigo, bem anterior ao novo marco legal.

Ainda que temporário, esse modelo de bloqueio total gerava efeitos econômicos imediatos, tais como elevação de custos internos, risco de desabastecimento e pressão inflacionária, sobretudo em períodos de alta demanda, com impacto para produtores filipinos — que dependem do fornecimento externo para atender à demanda interna — e para exportadores brasileiros, que viam a previsibilidade comercial comprometida. A aplicação do princípio de regionalização corrige essa distorção, permitindo suspensões restritas a zonas específicas e preservando o fluxo de comércio a partir de regiões reconhecidas como livres da doença.

Com a adoção da regionalização formalizada pela Circular nº 09/2025 e a subsequente emissão dos Memorandum Orders No. 49 a 52, série de 2025, o governo filipino deu um passo significativo em direção à harmonização com os padrões da OMSA. O Brasil foi o primeiro país sul-americano a ser contemplado nesse novo modelo, seguido pela República Tcheca, Rússia e Polônia, em reconhecimento à robustez de seus sistemas de vigilância, notificação e rastreabilidade.

Esse avanço representa uma mudança estrutural na política sanitária filipina, corrigindo a distorção provocada pelos bloqueios totais e permitindo que as suspensões sejam limitadas a zonas específicas de ocorrência da doença. Ao preservar o comércio proveniente de regiões oficialmente livres, as Filipinas garantem maior estabilidade no abastecimento doméstico, enquanto países exportadores — como o Brasil — passam a contar com maior previsibilidade e segurança regulatória para o fluxo de produtos avícolas.

Importância da regionalização para o fornecimento regular, controle inflacionário e segurança alimentar

A regionalização traz ganhos técnicos e econômicos concretos. Para as Filipinas, ela assegura abastecimento contínuo de carne de frango e ovos férteis, reduzindo a exposição a choques de oferta e a flutuações de preços no mercado interno. Essa previsibilidade é fundamental para o controle da inflação de alimentos, especialmente em um contexto de alta dependência das importações de produtos avícolas.

Para o Brasil, maior exportador mundial de carne de frango e referência em vigilância sanitária, o reconhecimento filipino representa confiança institucional no sistema veterinário brasileiro e fortalece sua posição no mercado asiático. A regionalização também favorece a sustentabilidade das cadeias produtivas, ao evitar descartes desnecessários e permitir resposta rápida e localizada a eventuais focos.

Além disso, o acordo reforça o papel do Brasil como parceiro estratégico das Filipinas na segurança alimentar, permitindo que ambos os países avancem em uma agenda de cooperação técnica voltada à gestão de riscos sanitários e ao comércio seguro de produtos agropecuários.

Importância da regionalização conforme a OMSA

O conceito de regionalização, conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), baseia-se no reconhecimento de zonas ou compartimentos com status sanitário distinto em um mesmo país. Esse princípio reconhece que a presença de uma enfermidade em determinada localidade não invalida o controle efetivo em outras regiões, desde que sejam demonstradas medidas robustas de vigilância, biossegurança e rastreabilidade.

A adoção desse modelo é fundamental para a resiliência do comércio internacional, pois permite respostas mais proporcionais e baseadas em risco. Ao aplicar a regionalização, países importadores como as Filipinas mantêm sua segurança sanitária, enquanto parceiros exportadores — como o Brasil — garantem a continuidade das exportações a partir de áreas comprovadamente livres. Essa prática, amplamente adotada por países da OCDE e recomendada pela OMSA, contribui para a estabilidade das cadeias produtivas e reduz impactos econômicos desnecessários.

A experiência brasileira demonstra que a regionalização é não apenas tecnicamente viável, mas também operacionalmente eficaz. O país mantém um dos sistemas de vigilância mais avançados do mundo, com notificação transparente de ocorrências, isolamento geográfico de focos e pronta comunicação às autoridades internacionais. O reconhecimento filipino reforça essa credibilidade e serve de modelo para futuros acordos de equivalência sanitária em outros mercados asiáticos.

A necessidade de decisões pautadas em base científica

Um dos pilares do comércio agropecuário internacional é que as decisões sanitárias devem ser baseadas em evidências científicas, conforme estabelecido pelo Acordo SPS da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelos códigos da OMSA. A adoção de medidas sem respaldo técnico pode gerar barreiras desnecessárias, distorcer o mercado e comprometer o acesso dos consumidores a alimentos seguros e acessíveis.

Ao reconhecer a regionalização do Brasil, as Filipinas reforçam seu compromisso com uma gestão de risco científica e proporcional, que protege a sanidade animal sem comprometer o fluxo comercial. Essa abordagem fortalece o papel das autoridades veterinárias como guardiãs da saúde pública e promotoras de segurança alimentar global, alinhando-se a um padrão de governança sanitária moderna e baseada em confiança mútua.

Perspectivas e Considerações Finais

O reconhecimento da regionalização brasileira pelas Filipinas é mais do que uma conquista técnica — trata-se de um marco diplomático e comercial, que inaugura fase de previsibilidade e confiança no comércio bilateral de produtos avícolas. A medida também coloca as Filipinas em sintonia com práticas internacionais modernas, fortalecendo sua posição como importador estratégico no Sudeste Asiático.

Com a consolidação do novo marco regulatório e a experiência bem-sucedida da regionalização aplicada ao Brasil, abre-se espaço para o aprofundamento da cooperação sanitária entre os dois países e para futuras ampliações do comércio, inclusive em segmentos de maior valor agregado. O avanço obtido em 2025 demonstra que ciência, diálogo técnico e transparência institucional podem convergir para resultados que beneficiam produtores, consumidores e a estabilidade dos mercados alimentares globais.

Figura 2: Memorandum Order No. 49, série de 2025, que concedeu ao Brasil o reconhecimento oficial da regionalização para IAAP.

Republic of the Philippines
OFFICE OF THE SECRETARY
Elliptical Road, Diliman 1100 Quezon City
+63(2) 8928-8741 to 64 and +63(2) 8273-2474

MEMORANDUM ORDER
No. 49
Series of 2025

SUBJECT: BILATERAL RECOGNITION OF REGIONALIZATION OF HIGH PATHOGENICITY AVIAN INFLUENZA (HPAI) FOR EXPORT OF LIVE BIRDS (POULTRY AND NON-POULTRY, INCLUDING DAY OLD CHICKS AND HATCHING EGGS), POULTRY PRODUCTS AND BY-PRODUCTS INCLUDING POULTRY MEAT FROM Brazil

WHEREAS, the Department of Agriculture (DA) Administrative Circular No. 09, series of 2025, provides guidelines on the Bilateral Recognition on Regionalization of High Pathogenicity Avian Influenza (HPAI) from its Accredited countries for export of Live Birds (Poultry and Non-poultry) and/or their products, and by-products, including meat.

WHEREAS, several documentary requirements were requested by the Philippines to the veterinary authorities of Brazil to assess the public health control measures applied and implemented against High Pathogenicity Avian Influenza (HPAI);

WHEREAS, the review and evaluation of the application for bilateral recognition of regionalization for HPAI completed by the Bureau of Animal Industry concluded that Brazil maintains sufficient veterinary oversight and has established necessary control and mitigating measures against HPAI ensuring that there is low risk of importing live poultry, poultry meat, day-old chicks, eggs, and semen from identified proposed zones for recognition.

WHEREAS, on 8 August 2025, the Chief Veterinary Officers of Brazil and the Philippines agreed on the import terms and conditions for the bilateral regionalization for HPAI;

NOW, THEREFORE, this Order is hereby issued to **recognize the Regionalization for HPAI** on the importation of domestic and wild birds and their products, including poultry meat, day-old chicks, eggs, and semen originating from bilaterally recognized free zones from Brazil. All Poultry import transactions of the above commodities shall be in accordance with the bilaterally agreed import terms and conditions on regionalization, DA Administrative Circular no. 9, series of 2025, and existing rules and regulations of the Department of Agriculture.

This Order shall take effect immediately and shall remain in force unless revoked in writing. All orders, memoranda, and issuances inconsistent herewith are deemed revoked.

Done this 12th day of SEPTEMBER 2025.

FRANCISCO P. TIUA LAUREL JR.
Secretary

www.da.gov.ph [/dacentralphilippines](https://dacentralphilippines)

JA-CD-AIACIP-MO202509-0001

Fonte: Department of Agriculture (DA), 2025 (https://www.da.gov.ph/wp-content/uploads/2025/09/mo49_s2025.pdf).